

No dia 3 de Novembro a Comissão Nacional Justiça e Paz promove a sua conferência anual. Tendo como tema «Portugal: o país que queremos ser», procurará promover uma reflexão sobre o País, no quadro do mundo globalizado.

Nesse âmbito, a CNJP convidou o actual e anteriores Presidentes da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças a comentarem a recente nota do Pontifício Conselho Justiça e Paz:

«Para uma reforma do sistema financeiro e monetário internacional na perspectiva de uma autoridade pública de competência universal».

comentário de José Alberto Tavares Moreira

A análise do Texto “Nota do Pontifício Conselho «Justiça e Paz» - Para uma reforma do sistema financeiro e monetário internacional na perspectiva de uma autoridade pública de competência universal”, suscita algumas observações e interrogações.

Começarei pelas passagens do Texto com as quais me identifico particularmente.

Em 1º lugar, a citação da encíclica social de Bento XVI, na qual se afirma que a origem da crise (que abalou a economia mundial em 2009) não é unicamente de natureza económica e financeira, mas antes de tudo de natureza moral e ideológica, e que a economia tem necessidade da ética para o seu funcionamento correcto – não de uma ética qualquer, mas de uma ética amiga da pessoa.

Do muito que tenho testemunhado dos comportamentos de agentes económicos e sobretudo financeiros, tenho impressionado sobremaneira a ausência de uma ética sólida, de uma moral sadia, que dêem suporte à prossecução dos objectivos fixados para o negócio.

É bom ser eficiente e produtivo, cumprir ou mesmo exceder os objectivos propostos para a actividade, ter brio profissional e também o que se chama de “ambição na vida”. Mas assiste-se, com chocante frequência, à adopção de comportamentos em que parece valer tudo para atingir objectivos, nomeadamente desprezando os interesses dos clientes, em especial dos que dispõem de menos informação ou de reduzidos meios de defesa.

Estes comportamentos, que deveriam ser condenados, são apresentados não raro como casos de sucesso, merecedores de distinções e de promoções na carreira...

Em 2º lugar, e da mesma encíclica de Bento XVI, destaco a referência aos perigos da ideologia da tecnocracia, da absolutização da técnica que “tende a produzir uma incapacidade de perceber aquilo que não se explica meramente pela matéria”, minimizando o



valor das escolhas do indivíduo, reduzindo-as a meras “variantes técnicas” (ou meras observações estatísticas, direi).

Esta absolutização da técnica arrisca-se a reduzir a pessoa humana a simples factor de produção, despida de outros atributos que não sejam o da contribuição para a cadeia de valor: esta concepção parece-me não andar muito longe da concepção marxista do “valor-trabalho” em que toda a actividade humana se reconduz a um quantum de valor incorporado nos bens produzidos para definir o valor relativo destes...

Em 3º lugar, menciono a advertência de João Paulo II, lançada após a derrocada dos principais sistemas comunistas, contra os riscos de uma “idolatria” do mercado, que ignora a existência de bens que, pela sua natureza, não são nem podem ser simples mercadoria.

Um mercado livre, transparente e competitivo tem, na minha perspectiva, uma função instrumental insubstituível para se conseguir uma afectação



eficiente dos recursos disponíveis para uma comunidade.

Mas um mercado absolutizado e sem a tal ética que atrás referíamos acaba por conduzir, em muitos casos, nomeadamente por falta de transparência, a uma imensa destruição de valor: veja-se como exemplo o que foi a gigantesca destruição de valor gerada pela crise do “sub-prime”, com epicentro nos EUA, resultante de um fenómeno típico de idolatria do mercado, em que milhares de agentes económicos/financeiros com elevadas responsabilidades se equivocaram gravemente na avaliação dos riscos de um produto financeiro por terem confiado na infalibilidade dos mecanismos de um mercado financeiro, ainda por cima muito pouco transparente...e estes mecanismos, sobretudo quando conduzidos sem escrutínio adequado, são tão falíveis como os de qualquer outra actividade humana...

Em 4º lugar, já em sede das Conclusões do Texto, destaco a referência à exortação de Bento XVI no sentido de que “são indispensáveis pessoas e agentes a todos os níveis, movidos pela coragem de servir e promover o bem-comum mediante uma vida boa”. Só eles conseguirão viver e ver para além das aparências das coisas, apercebendo-se da diferença entre o real existente e o possível nunca experimentado.

Creio que existem, nomeadamente entre nós e felizmente, muitos exemplos desse tipo de agentes, o que sucede é que o seu testemunho passa as mais das vezes despercebido por não estar na moda, por não satisfazer os critérios da excitação mediática. Esse será aliás um dos grandes males do nosso tempo (não mencionado no Texto, salvo erro): a subordinação dos acontecimentos e comportamentos, para efeitos de divulgação pública, a critérios de excitação mediática; tudo quanto não for motivo de excitação mediática tende a ser secundarizado ou esquecido...

Em sentido oposto, existem algumas passagens do Texto que me merecem algumas reservas.

Assim e em 1º lugar, a reiterada referência aos malefícios de uma suposta ideologia “neoliberal” ou “neoliberalista”. Confesso que me intriga essa referência sem que seja acompanhada de uma explicação clara e inequívoca do que se entende por tal ideologia. Até porque nos últimos tempos me tenho deparado com o uso muito frequente dessas expressões por parte de conhecidos comentadores políticos, bem como de alguns media, embora confesse a minha dúvida de que tenham alguma noção (já nem falo da noção exacta) do que seja o real significado de uma expressão que trauteiam de forma quase cacofónica.

Anoto, por exemplo, que essa mesma ideologia é imputada ao actual governo português, supostamente inspiradora das políticas prosseguidas; e eu pergunto-me se é possível qualificar de “liberal” ou de “neo-liberal” um governo que se atreve a aplicar um agravamento de impostos de enorme amplitude como aquele que estamos testemunhando e de impor, nomeadamente, taxas marginais de tributação do rendimento das famílias muito acima do que é praticado em países com níveis de renda “per capita” bem mais elevados (França e Reino-Unido, por exemplo). Tal qualificação parece brincadeira, mas isso é problema de quem abusa de tal expressão... num documento com a responsabilidade deste Texto, seria conveniente, na minha perspectiva, não embarcar nestas ondas mediáticas.

Considero que uma coisa é a falta de ética nos negócios, nomeadamente nos financeiros, de que temos em Portugal infelizmente exemplos variados (e não são só os casos do BPN, BPP e BCP para citar os mais mediáticos). Outra coisa é uma (suposta) ideologia “liberal” ou “neo-liberal”, ainda por cima de contornos tão difusos, que em si mesma não é fatora de ética nem de falta de ética. A falta de ética tem raízes mais fundas, deriva da subordinação imoral do respeito pelo próximo a objectivos de conquista de poder e /ou de acumulação de riqueza...e isso acontece, hoje em dia, tanto em sistemas liberais como em sistemas autocráticos (nestes últimos até mais facilmente, uma vez que existe muito menos transparência e capacidade de expressão pública das opiniões).

Uma 2ª reserva tem a ver com uma certa diabolização dos movimentos de capitais e do que apelidam de transacções financeiras especulativas, descortinando um nexos de causalidade dominante entre essa especulação e os danos infligidos a economias de países considerados mais débeis. O meu conhecimento proveniente de contacto vivido com as realidades de países menos desenvolvidos, nomeadamente (mas não só) de África, tem-me mostrado que os vícios de políticas económicas incoerentes ou mesmo irracionais, conduzidas à revelia dos interesses do desenvolvimento desses países, são “infinitamente” mais nocivos que quaisquer movimentos de capitais por mais especulativos que se apresentem.

Posso dar como exemplo a deliberada e excessiva apreciação do valor externo das moedas nacionais em países de sistemas financeiros mais ou menos fechados, sujeitos a controlos de capitais e em que a taxa de câmbio se encontra sujeita a manipulação política. Essa apreciação excessiva da taxa de câmbio, não justificada pela realidade económica do

país em causa, é favorecedora das importações e penalizadora das produções nacionais, ou seja é contrária aos interesses do desenvolvimento e, não raras vezes, encobre o favorecimento de lobbies das importações, com conexões políticas mais ou menos conhecidas.

Num quadro destes, se existir alguma especulação contra a taxa de câmbio, essa especulação até será bem-vinda se conseguir forçar uma correcção que aproxime a taxa de câmbio de um valor mais de acordo com os fundamentais da economia reduzindo dessa forma a irracionalidade na afectação de recursos...

Existem casos de especulação financeira contrária aos interesses das economias, é bem certo (basta pensar nos casos da crise financeira que atingiu diversos países da Ásia no final dos anos 90), mas é preciso separar o trigo do joio e não tratar tudo da mesma forma...

Devo acrescentar que os países dispõem hoje de mecanismos (fiscais, entre outros) que, se quiserem, lhes permitem contrariar com elevada eficácia os efeitos de movimentos de capitais especulativos, prejudiciais de um desenvolvimento equilibrado, evitando a criação de bolhas especulativas. O Brasil é hoje um bom exemplo dessa política de contenção dos movimentos de capitais, recorrendo em especial a medidas fiscais, conseguindo mitigar os efeitos perversos sobre a sua economia.

Passo agora para o tema fundamental da globalização que informa boa parte das preocupações expressas no Texto e que, de certa forma, serve de pano de fundo para as ideias/propostas de criação de autoridades mundiais para a política em geral e a política financeira em especial.

Para ser sincero, não consigo neste momento vislumbrar qual o sentido dominante da evolução sócio-económica a nível global: se estamos caminhando na direcção do aprofundamento da globalização ou se, pelo contrário, o movimento de globalização estará em retrocesso....

A globalização sofreu um sério revés com a crise financeira mundial de 2008/2009, que esteve na origem da generalizada recessão económica dos países mais desenvolvidos em 2009, acompanhada de uma forte quebra do comércio internacional nesse mesmo ano.

Embora a referida crise se encontre em boa parte superada e o comércio internacional tenha retomado um ritmo de crescimento normal, ficaram muitas “feridas” daquela crise e, sobretudo, a noção de que o

processo de globalização, sobretudo financeira, não poderia prosseguir da mesma forma que até aqui.

Temos de resto assistido, nomeadamente na Europa, a um significativo retrocesso da integração financeira e monetária que tinha progredido bastante até 2009, tendo o mercado monetário interbancário e o mercado financeiro da zona Euro deixado praticamente de funcionar, verificando-se actualmente uma situação de balcanização desses mercados que vivem bastante fechados sobre si mesmos, por receio de riscos sistémicos que têm dificuldade em gerir.

Ao mesmo tempo, muitos países, tanto da América Latina como da Ásia por exemplo têm recorrido a práticas mais ou menos proteccionistas das suas economias e mercados, com receio dos efeitos da tal globalização.

Sendo assim, não me parece que estejam reunidas condições para que os responsáveis mundiais se mostrem nesta altura disponíveis para adoptar formas de governo e promover a criação de novas instituições multilaterais (no caso da política financeira) para além das que já existem – FMI, Banco Mundial (+IFC+MIGA), Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.

Neste quadro muito resumidamente exposto, considero que a ideia da criação de autoridades mundiais para assumir uma responsabilidade pela condução política em geral e a política financeira em particular, será talvez aquilo que se poderá chamar de utopia fecunda: não me parece algo de realizável pelo menos na actual nem na próxima geração, mas poderá ser um projecto pelo qual valha a pena lutar com os olhos postos no muito longo prazo.

Se bem repararmos, a avassaladora mensagem de regeneração lançada por Cristo Jesus e que teve o seu apogeu no imenso drama do Gólgota, permanece há mais de 2000 anos e continua ser um referencial de esperança e de sonho para tanta gente de boa vontade...

